

**UMA HISTÓRIA QUASE INAUDITA:
LUTAS E CONQUISTAS DA COMUNIDADE SURDA**

**A HISTORY ALMOST INAUDITA:
FIGHTING AND CONQUERTS OF THE DEAF COMMUNITY**

Tito Barros Leal de Pontes Medeiro¹
Universidade Estadual vale do Acaraú

Denise Penha Viveiros²
Universidade Estadual Vale do Acaraú

Resumo: Nesta síntese de contextualização histórica buscamos expor a realidade social dos surdos. Para tanto, apresentamos alguns dos principais acontecimentos da história da educação do surdo e suas consequências para as comunidades surdas. Neste sentido, buscamos contextualizar os métodos de ensino de surdos ao longo da história, numa visão global, mas com foco específico no Brasil. Especificamente, queremos compreender como os surdos se organizaram em comunidades e buscaram reivindicar seus direitos, conquistando espaços na sociedade e reconhecimento da sua língua a LIBRAS.

Palavras-chaves: história do surdo; comunidade surda, LIBRAS.

Abstract: In this synthesis of historical contextualization we seek to expose the social reality of the deaf. To do so, we present some of the main events in the history of education of the deaf and its consequences for deaf communities. In this sense, we seek to contextualize the teaching methods of deaf people throughout history, in a global vision, but with specific focus in Brazil. Specifically, we want to understand how the deaf organized themselves into communities and sought to claim their rights, conquering spaces in society and recognizing their language to LIBRAS.

Keywords: history of the deaf; Deaf community, LIBRAS.

¹ Tito Barros Leal é Professor do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (CE). Doutor em História (História e Cultura do Brasil) pela Universidade de Lisboa (2014), Mestre em Filosofia (Ética) pela Universidade Estadual do Ceará (2009), Especialista em Estudos Clássicos (2005), Bacharel e Licenciado em História (2003), estes três pela Universidade Federal do Ceará. Líder do Grupo de Estudos em Residualidade Antigo-Medieval – GERAM, atuando em duas frentes investigativas 1) Literatura galaico-portuguesa (séc. XII-XIV) e residualidade cultural; e 2) Historiografia literária e documentação no mundo greco-latino. Investiga, ainda, as relações entre o Romantismo e a construção da nacionalidade brasileira. E-mail: titobarrosleal78@gmail.com

² Denise Penha Viveiros é professora de Libras e Português no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará Possui experiência na área na área do ensino de línguas: LIBRAS e PORTUGUÊS, lecionando, orientando e ministrando aulas. Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras/Português pela Universidade Estadual do Piauí (2006), pós graduação em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Ensino Superior do Piauí (2009) e pós graduação no ensino de Língua Brasileira de Sinais pelo Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu. (2012) E-mail: prof.devivei@gmail.com

1 À GUIA DE PRÓLOGO HISTÓRICO

Foi no ao tempo dos oitocentos que surgiram as primeiras iniciativas de educação coletiva para surdos. Nomes primeiros do movimento foram os do abade francês Charles Michel de L'Épée, o do alemão Samuel Heinicke, e o do inglês Thomas Braidwood. Foram suas pesquisas motores impulsionastes para o desenvolvimento de métodos para a educação de surdos.

Excluídos na sociedade parisiense, os surdos não tinham função social determinada sobrando-lhes, no mais das vezes, a mendicância como único meio de sobrevivida. Homem atento às obras de caridade, tendo conhecido duas irmãs surdas que se comunicavam por meio de gestos, Charles Michel de L'Épée (1712-1789), homem de seu tempo, resolve assumir a missão de cuidar e educar desses seres a que Deus privou o dom da fala.

Assim, L'Épée, além de praticar suas virtudes cristãs atendendo caridosamente aos irmãos necessitados, também punha-se a estudar aquele sistema de comunicação não-verbal que, certamente, causou-lhe espanto e atiçou sua curiosidade.

A observação atenta e o método racionalista empregado pelo abade no convívio com os surdos lhe possibilitou aprender a língua de sinais, aperfeiçoando-a e criando os *sinais metódicos*, uma combinação de língua de sinais com gramática francesa.

O Abade L'Épée contribuiu bastante com a educação de surdos, criando o Instituto Nacional de Surdos-Mudos em Paris, a primeira escola de surdos. Também são mérito seus a conquista do estatuto de *ser-humano* aplicado aos surdos, a adoção do método de ensino coletivo, e reconhecimento da língua gestual em primazia à língua falada no ensino e na comunicação com surdos.

As ideias de L'Épée foram assumidas por Roch-Ambroise Cucurron Sicard, o abade Sicard (1742-1822), que continuou a luta pelos surdos, defendendo-lhes o direito à educação gratuita e de qualidade.

É diante do quadro acima resumido que Goldfeld afirma ser o século XVIII um período profícuo no desenvolvimento da educação dos surdos. Segundo ele, os

AFLUENTE

Revista Eletrônica de Letras e Linguística

oitocentos experimentaram um “grande impulso, no sentido quantitativo com aumento de escolas para surdos, e qualitativo, já que, pela língua de sinais surdos podiam aprender e dominar diversos assuntos e exercer várias profissões.” (GOLDFELD: 2002, p.29).

Ainda no século XVIII, na antiga Prússia, Samuel Heinicke (1727-1790) daria os primeiros passos na constituição da *filosofia da educação oralista*, cujo foco primordial era o ensino aos surdos da língua oral, sem o auxílio da língua de sinais. Heinicke foi precursor e fundador de escolas de orientação oralista, as quais, em sua maioria, contavam com cerca de 10 alunos.

Em 1815, Thomas Hopkins Gallaudet (1787-1851), professor americano interessado em obter informações sobre a educação de surdos, seguiu para Europa. Na Inglaterra encontrou-se com a família Braidwood que utilizava apenas a língua oral na educação de pessoas surdas. O contato, contudo, não logrou êxito. A técnica lhe foi negada e, por isso, Gallaudet mudou sua orientação buscando os subsídios na escola gestualista francesa, chegando a conhecer Laurent Clerc (1785-1869), um surdo, professor de surdos, que decidiu viajar aos Estados Unidos com Gallaudet, para ajudá-lo em seu projeto.

Este consórcio possibilitou, a partir de 1821, que as escolas americanas norteassem suas ações em direção à *Américan Sign Language* (ASL), possibilitando uma elevação no grau de escolarização dos surdos que podiam aprender, com maior facilidade, as disciplinas ministradas em língua de sinais.

A década de 1860 seria marcada por uma ampliação do debate entre gestualistas e oralistas. Os avanços tecnológicos advindos com a segunda metade do XIX, facilitavam a aprendizagem da fala, motivando profissionais a tentarem investir na oralização em detrimento do gestualismo. Ainda nessa década, mais precisamente, em 1864 seria fundada em Washington D. C., a *Gallaudet University*, primeira (e ainda única) universidade cujos programas são desenvolvidos para surdos.

Foi a partir da morte de Laurent Clerc que o oralismo ganhou forças, tendo em Alexander Graham Bell (inventor do telefone e do audiômetro) um de seus maiores defensores.

AFLUENTE

Revista Eletrônica de Letras e Linguística

De fato, durante os noventa, a dualidade *gestualismo – oralismo* já não era novidade. A perspectiva oralista tinha um apelo vinculado à visão médico-religiosa que, consoante à mentalidade cientificista do período, cria na *cura* do indivíduo surdo pelo exercício da linguagem oral.

Durante o Congresso Internacional de Educação de Surdos, realizado em Milão no ano de 1880, Graham Bell exerceu grande influência em votação que decidiria a favor das ideias oralistas como diretrizes únicas na aprendizagem dos surdos. Convém ressaltar que os principais interessados nas diretrizes votadas naquele congresso, os surdos, não puderam participar da votação. Como nos lembra Skliar, (1997, p. 108), o Congresso de Milão de 1880 foi curiosamente intitulado *Per Il miglioramento della sorte dei surdomuti*.

A partir daquele encontro de doutos intelectuais as filosofias educacionais começaram a mudar. O *método combinado*, em uso até então, foi substituído pelo *método oral puro*.

Felipe, (2005, p.157) lembra que:

Os professores surdos já existentes nas escolas naquela época, foram afastados, e os alunos desestimulados e até proibidos de usarem as línguas de sinais de seus países, tanto dentro quanto fora de sala de aula. Era comum a prática de amarrar as mãos das crianças para impedi-las de fazer sinais.

Diferenciando-se dos oitocentos, portanto, o século XIX experimenta um novo momento, uma mudança radical no sentido oposto à educação de surdos que, antes, percebiam suas potencialidades com a utilização da língua de sinais.

Já no início do século XX a língua de sinais havia caído em desuso. As escolas deixaram de utilizar migraram para a prática de oralizar todos os alunos surdos. Este era o objetivo geral da época. Como nos lembra Goldfeld (2002, p.31): “naquele momento acreditava-se que o surdo poderia desenvolver-se como os ouvintes aprendendo a língua oral. O aprendizado dessa língua passa a ser o grande objetivo dos educadores de surdos.”

Mas a língua de sinais resistiria e, apesar da proibição derivada do Congresso de 1880 “ela sobreviveu graças à resistência do povo surdo contra esta prática ouvintista”. Aliás, “muitas crianças em escolas para surdos, quando a língua de

sinais foi proibida, muitas vezes a praticaram às escondidas entre si” (STROBEL: 2008, p. 100)

Ainda sobre o as repressões e resistências derivadas das normatizações advindas do Congresso de Milão, Laboritt, (1994, p.84) afirma:

Quando um professor se virava para escrever no quadro-negro, tínhamos hábito de trocar informações na língua de sinais, persuadidos de que ele não nos escutava, já que não nos via. Ora, no começo, ele se voltava todas às vezes, era estranho, não compreendíamos imediatamente por quê. Com o passar do tempo, dei-me conta de que, ao falar com as mãos, sem saber, emitimos ruídos com a boca. Cuidamos então de não mais emitir nenhum som e, desde aquele dia, trocamos nossas lições o mais tranquilamente possível.

Sobre os problemas sociológicos relacionados à perspectiva oralista, J. Kyle redimensiona a temporalidade do problema e afirma que por mais de 200 anos, na Europa, houve profunda resistência ao gestualismo, segundo o autor:

Há muitas razões para isso. Talvez a mais importante seja que quase todos os educadores vêm de uma comunidade que é maioria e se baseiam num modelo médico/religioso da surdez – não é apenas seu trabalho educar, mas também tratar e salvar. O trabalho é bem sucedido quando não há surdez, quando as crianças surdas não aparecem e quando a criança surda está funcionalmente integrada à maioria. (KYLE: 1999, p.18)

Neste sentido, a abordagem oral dominou os educadores por muitos anos. Esse método chegou quase a ser naturalizado para os ouvintes e, como geralmente os professores faziam parte desse grupo, usavam a fala em sala de aula desconhecendo e ignorando o valor e a potencialidade dos sinais praticados por seus alunos surdos.

Controlar a sala de aula não foi tarefa das mais difíceis. Os alunos foram proibidos de se comunicar de forma que os professores não pudessem compreender. Aos alunos, portanto, foi negada qualquer outra estratégia comunicativa que não aquela formal, dominada pelo professor. A língua de sinais seria gradativamente retirada do ambiente escolar.

Há relatos na História dos Surdos de que se esses alunos fossem pegos usando os sinais seriam punidos com suas mãos amarradas, trancados em porões ou armários e, até mesmo, fisicamente castigados ou ridicularizados em público.

AFLUENTE

Revista Eletrônica de Letras e Linguística

Para além das punições sofridas no interior das escolas e da repressão em sua prática comunicativa, outro problema surgia se ia desenhando. Pouco à pouco se verifica um distanciamento entre alunos e seus familiares, decorrência direta de uma limitada comunicação imposta pelas escolas.

Ademais, a privação da língua nos surdos na infância contribuiu também com traumas e dificuldades psicológicas registradas na faixa etária dos 30 anos, fartamente registradas em estudos, como os assinados por Young, (1996), Griggs, (1998) e Kyle, (1998). Por outro lado, em termos pedagógicos, o ensino das disciplinas como História, Geografia, Matemática, entre outras, foi deixado em segundo plano ocorrendo então uma queda nos aperfeiçoamentos dos alunos surdos.

Na década de 1960, William Stokoe (1919 - 2000) publicaria artigo intitulado *Sign Language Structure: Na Outline of the visual Communication System of the American Deaf*, demonstrando que *língua americana de sinais* é uma língua com as mesmas características verificadas nas línguas orais.

O estudo de Stoke serviu de base para uma nova onda de interpretação sobre as línguas de sinais que demonstravam a sua aplicação na educação e no cotidiano de pessoas surdas.

Para além, Dorothy Shifflet, professora e mãe de surdos, iniciou a experimentação de um método onde a língua de sinais e a língua oral, associadas à leitura labial, ao alfabeto manual (datilologia) e ao treino auditivo, estavam presentes na educação de pessoas surdas. Surgia assim, em meados dos anos 1960, o *Total Approach*.

Ainda na década de 1960, Ray Hoolean adotou o método de ensino total, mudando seu nome para *total communication*, originando a filosofia comunicação total, que utilizaria variadas formas possíveis de comunicação para alcançar o sucesso na educação de surdos. Desse ponto de vista, a comunicação total não seria propriamente uma língua, mas sim uma *filosofia educacional*.

Mas será a década de 1970 que definirá novo paradigma para a educação de surdos. Na Inglaterra e na Suécia, por exemplo, verificou-se que a Língua de Sinais deveria ser utilizada independentemente de uma língua oral, quer dizer, haveria momentos adequados para se utilizar cada uma das práticas, a oralista e a gestualista,

mas nunca as duas em igual momento como já vinha sendo desenvolvida. Surgia o *bilinguismo*, movimento que ganharia corpo e força no correr das décadas de 1980 e 1990.

A filosofia bilíngue vinha afirmar que o surdo deve adquirir sua língua materna, a língua de sinais, sendo a segunda língua, a língua de seu país. É esta perspectiva que se vem firmando em todo mundo.

3 SÍNTESE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Iniciando no Brasil, a educação de surdos tem por marco o ano de 1855, quando o francês Hernet Huet (1822?-1882), ex-diretor do Instituto dos Surdos-Mudos de Bourges, apresentou ao Imperador D. Pedro II, um relatório que norteava a criação de uma escola para surdos no Brasil.

Como que replicando o projeto de Laurent Clérc acima apresentado, o Brasil entrava definitivamente para a história da educação de surdos no alvorecer do ano de 1856, com a inauguração do Instituto Nacional de Surdos Mudo (INSM)³. Ao público daquele espaço se aplicava uma misturada língua de sinais francesa, trazida por Huet, com a antiga língua de sinais brasileira, utilizada por surdos de várias regiões do Brasil. Além disso, os surdos estudariam as disciplinas de Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios.

A educação praticada no Instituto de Surdos era eminentemente voltada para o público masculino⁴ e para ele acorriam surdos que chegavam de todos os pontos do país, muitos, inclusive, ali abandonados por suas famílias.

Tanya Amara Felipe (2005, p.158) aponta que:

³ O Instituto Nacional de Surdos Mudos sofreu diversas alterações em sua nomenclatura, atualmente sua denominação é Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Doravante, sempre que nos referirmos ao estabelecimento utilizaremos apenas o termo Instituto de Surdos.

⁴ Naquela época era ponto conformado considerar que surdas, por serem tranquilas e estarem submissas às famílias, não necessitavam de educação especializada.

AFLUENTE

Revista Eletrônica de Letras e Linguística

Embora nos primeiros Relatórios sobre as primeiras turmas desse instituto, feitos pelo diretor a partir de 1869, constem nomes de alunas, em números reduzidos, posteriormente, durante muitos anos, este instituto se tornou uma escola só para meninos.

O Instituto de Surdos parece ter sido a grande contribuição na educação de surdos verificada durante toda a época imperial, mas com o passar do tempo, pais e familiares se aperceberam da necessidade de educar, também, suas filhas surdas. Entrementes, demoraria o tempo de uma primeira República para que novos projetos em benefício dessa parcela da população se efetivassem.

Em 1911, seguindo a tendência mundial, o Instituto de Surdos, assumiria as práticas educacionais norteadas pela filosofia oralista, estabelecendo o oralismo puro em todas as disciplinas⁵.

Experiências isoladas, pouco (ou nada) coordenadas pelo Estado Brasileiro, surgiriam por todo o território nacional. Tânia Amara Felipe (2005, p.158) anota que “em 1923, foi fundado o Instituto Santa Terezinha, escola particular, em São Paulo, somente para meninas”. Ainda outros Institutos podem ser listados, mas restringiremos aqui a citar apenas o Instituto Santa Terezinha de Campinas, fundado naquela cidade em 1929, e transferido para São Paulo em 1933.

Já os anos 1950 trouxeram algumas marcas importantes concernentes ao universo dos surdos. Por este tempo foi implantado o primeiro curso normal para professores na área da surdez. Também no começo da década, em 1951, sendo mais preciso, Helen Keller (1880-1968), surda-cega, cidadã americana, ativista social, militante do direito dos surdos e cegos, visita o INSM. “Nos meados de 1952, foi fundado no INES o Jardim de Infância e nos anos seguintes foi implantado o curso de Artes Plásticas, com o acompanhamento da Escola Nacional de Belas Artes” (*Id., ibd.*). Em 1954, por parte de uma iniciativa privada, seria fundada a Escola Concórdia, em Porto Alegre. Em 1957, seria fundada a Escola de Surdos em Vitória do Espírito Santo.

⁵ Contudo, a língua de sinais sobreviveria, sub-repticiamente, na sala de aula até 1957, quando a diretora Ana Rímoli de Faria Doria, assessorada pela professora Alpia Couto, proibiu a utilização da língua de sinais em sala de aula. Mesmo sendo reprimidos para não utilizarem os gestos na comunicação, os surdos continuariam a praticar a língua de sinais, escondidos, nos corredores, nos pátios da escola, onde quer que fosse.

AFLUENTE

Revista Eletrônica de Letras e Linguística

No dia 06 de junho de 1957, o Instituto de Surdos alterou seu nome para Instituto Nacional de Educação de Surdos, o que refletia objetivamente a modernização em relação ao entendimento da surdez. Ainda então, seria inaugurado o Centro de Logopedia⁶, INES.

Para melhor atendimento dos alunos surdos foi criado na década de 70, o Serviço de Estimulação Precoce para atendimento de bebês de zero a três anos de idade e nos anos 1980, com o intuito de capacitar melhor seus profissionais, foi criado o Curso de Especialização para Professores na Área da Surdez, atualmente chamado de Curso de Estudos Adicionais.

Será também da década de 1970 a chegada ao Brasil do *total approach*, incluído no rol de práticas de educação de surdos após a visita da educadora da Universidade Gallaudet, Ivete Vasconcelos. Na década seguinte, com base em pesquisas na *língua brasileira de sinais (LIBRAS)*⁷, a professora linguísta Lucinda Ferreira Brito, iniciaria, em solo nacional, as discussões sobre a filosofia bilíngue.

Seguindo a tendência mundial, o Brasil passaria a adotar o bilinguismo implantado nas escolas desde a década de 1980, mas efetivado como prática na década de noventa.

Conveniada com a UNESCO/CENESP, em 1985, foi criado no INES o Centro de Diagnóstico e Adaptação de Prótese Otofônica⁸ e um laboratório de Fonética (atual Divisão de Audiologia).

Ainda pouco compreendida, durante toda a década de 1980, a LIBRAS foi entendida por muitos como um gestual simplório, algum tipo de mímica e ou movimentos soltos. Sua complexidade e metodologia não eram ainda totalmente

⁶ *Logopedia* quer dizer Fonoaudiologia, a disciplina que trata dos problemas, falhas ou atrasos que ocorrem nas áreas de fala, linguagem, voz e comunicação. Para este fim, trabalhando a partir do cognitivo, físico e fisiológico.

⁷ Seguindo o padrão internacional de abreviações de línguas de sinais, Lucinda Ferreira Brito denominou esta língua de sinais dos Centros urbanos Brasileiros de LSCB, diferenciando da língua de sinais utilizados pelos índios do Maranhão, os Urubus Kaapor.

A partir de 1994, Brito passou a utilizar a denominação LIBRAS, como abreviação de “Língua Brasileira de Sinais” que foi adotada por toda a comunidade surda do Brasil. A importância da Língua de Sinais como meio de comunicação e língua de instrução dos surdos deve ser reconhecida de forma especial, e essa língua deve ser utilizada em escolas especiais, em salas inclusivas ou especiais de escolas regulares.

⁸ Prótese *otofônica* conhecida como aparelho de surdez.

compreendida e careceria tempo até que um espaço de respeito viesse a envolver a LIBRAS.

Um dos grandes marcos da Educação de Surdos foi a *Declaração Mundial de Educação para Todos*, de 1990 e a *Declaração de Salamanca*, de 1994. Os dois documentos são referências mundiais na orientação do processo inclusivo de alunos especiais, destacando a importância de uma educação pautada no direito e reconhecimento da língua natural do indivíduo surdo, lançando um novo olhar sobre a inclusão do mesmo, ampliando a noção de incluir.

Sobre a Declaração de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, Brasil, (2001, p.14) afirma:

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade.

Ao tratar de Educação Especial, esse direito é garantido por legislação específica com adoções de métodos e definições de práticas de processos inovadores para que a educação ocorra da melhor forma para os educadores. A Educação Especial necessita, de fato, livrar-se do passado de fracasso em suas práticas que retarda o processo de aprendizagem desses alunos, não concluindo a sua finalidade.

Brasil, (2001, p.15), diz:

As políticas educacionais deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levantada em consideração, por exemplo, a importância da língua de sinais como meio de comunicação para os surdos e ter acesso ao ensino de língua de sinais se seu país.

Depois de muitas lutas os surdos conquistaram em, 24 de Abril de 2002, a aprovação da Lei nº. 10.436, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como meio legal de comunicação e expressão de utilização corrente das comunidades surdas no Brasil. As Línguas de Sinais são línguas visual-espaciais, diferente das línguas orais que são oral-auditivas. A emissão e a recepção das Línguas de Sinais se dão pelo espaço.

AFLUENTE

Revista Eletrônica de Letras e Linguística

A Língua de Sinais aqui no Brasil em âmbito nacional é um Projeto de Lei de autoria da ex-senadora Benedita da Silva, de nº. 131 de Junho de 1996 / nº. 4857 de 1998 de autoria do Senado Federal – relatora Deputada Esther Grossi apensado P.L. 657 de 1999 de autoria do Sr. Glycon Terra Pinto, encontra-se na sessão 24/05/2000 da Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF. (VALVERDE, 2000).

Embora que no Século XIII, o Abade Charles Michel de L'Epée, fundador da primeira escola pública para surdos no mundo reconhecesse a importância da língua de Sinais Francesa na Educação de Surdos, somente no Século XX, aproximadamente nos anos 60 é que começaram os estudos linguísticos dessa língua, especificamente a Língua Americana de Sinais.

Pereira, (2000, p.18) afirma:

Embora as pesquisas demonstrem que a Língua de Sinais Brasileira tem status linguístico, é adquirida sem dificuldade por crianças surdas, filhas de pais surdos e ouvintes, só recentemente a mesma vem sendo usada na educação de alunos surdos.

No Brasil, assim como em outros países, surdos vêm lutando para terem uma política educacional que leve em conta sua realidade, escolas que os atendam respeitando suas necessidades linguísticas e culturais, onde possam integrar-se e igualar seus conhecimentos aos ouvintes quando concorrerem à vagas em concursos, empregos e universidades revertendo esse quadro insatisfatório, em relação a qualidade da educação dos surdos, pois é comum vê-los, com muitos anos de vida e com um nível de escrita e leitura não compatíveis com as séries em que estão. Constata-se, então, que a leitura e a escrita é uma das grandes dificuldades na educação dos surdos.

A oficialização da LIBRAS foi um grande passo para a Comunidade Surda Brasileira, esta prevê Intérpretes/tradutores de Língua de Sinais nas escolas, oferecendo opções de proporcionar ao Surdo o acesso a sua cultura, a sua história, e a história da humanidade, por sua vez, devem descobrir seu papel nesse cenário que é um papel que, pode influir significativamente no seu sucesso pessoal e profissional.

4 COMUNIDADE SURDA E SUAS LUTAS NO BRASIL

Na interação eu-outro, nas relações ouvintes-surdos, *intra*, *extra* e *peri* comunidades surdas, por toda parte enfim, identidades surdas e narrativas pessoais constroem novos marcadores culturais. As lutas e os discursos que permeiam os grupos surdos sugerem e criam diferentes trajetórias, alterando as relações e redefinindo o cenário social.

Strobel, (2009, p.6) afirma que a:

comunidade surda, na verdade não é só de surdos, já que tem sujeitos ouvintes junto, que são família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em um determinado localização que podem ser as associação de surdos, federações de surdos, igrejas e outros.

Não poderia ser diferente: um dos principais fatores de reunião das pessoas surdas é a *língua de sinais*. Através dela eles encontram oportunidades de compartilhar suas experiências e seus sonhos, e também um espaço de reafirmação da luta pelo direito ao uso dessa língua. Mas as questões discutidas pelos movimentos surdos se ampliam e se diversificam segundo suas realidades locais e nacionais.

Já na Europa setecentista, como acima apresentado, associações de apoio aos surdos se estabeleceram, mas segundo Widel (1992, p.12):

No início as associações de surdos tinham exclusivamente o objetivo de natureza social devido ao baixo padrão de vida no século XVIII, os sujeitos surdos tinham a finalidade de ajudar uns aos outros em caso de doença, morte e desemprego e, além disso, as associações se propunham a fornecer informações e incentivos através de conferências e entretenimentos relevantes.

Muitas transformações ao longo de duzentos anos foram verificadas, é claro, e a década de 1950 trouxe um marco.

Algumas lutas foram compartilhadas pelos grupos de surdos em diferentes regiões do mundo, sendo que sua articulação ao nível mundial se estabeleceu sob a coordenação da *World Federation of the Deaf* – WFD, com sede na Finlândia, criada em

AFLUENTE

Revista Eletrônica de Letras e Linguística

1951, significando importante conquista de espaço político para as discussões e articulações das lutas das comunidades surdas.

As associações de surdos, juntamente com o movimento de pessoas portadoras de deficiências (cegos, deficientes físicos e mentais) iniciaram campanhas intensas no sentido de propagar os direitos dos cidadãos com deficiência: direitos a atendimentos qualificados, à educação, ao lazer, à profissionalização, ao emprego. As ações reivindicatórias por leis que garantam o acesso ao trabalho são prioridades dessas associações, e isso ocorre de forma intensiva em diferentes países.

Nos anos 70, profissionais ouvintes ligados à surdez fundaram a *Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo* – FENEIDA, porém, segundo constatado em alguns relatórios, essa Federação demoraria ainda quase quinze anos para ganhar visibilidade.

Em 1983, a *Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos*, organizada por um coletivo de surdos, viria a desenvolver importante trabalho pela causa. Vinculando-se à FENEIDA, o grupo ganharia força e legitimidade, na luta por espaços de trabalho. Esse grupo disputou e venceu as eleições para diretoria da FENEIDA e, por primeiro passo, promoveu a reestruturação do estatuto da entidade, agora renomeada sob o título de *Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos* – FENEIS.

Um novo espaço se abria. Segundo Perlin (1998, p.42), desde então os surdos “contam com instâncias que afirmam a busca do direito do indivíduo surdo em ser diferente em questões sociais, políticas e econômicas que envolvem o mundo do trabalho, da saúde, da educação, do bem-estar social”.

E isso seria ratificado no Brasil a partir de outras conquistas derivadas do movimento, tais como a *Lei de reserva de mercado* fixado no art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e a *Instrução Normativa N.º 5* de 30/08/91 do Ministério do Trabalho e da Previdência, que institui o programa de treinamento profissional junto às empresas. Esta norma se refere ao trabalho para pessoas portadoras de deficiência dentro de uma perspectiva de atividades com fins terapêuticos, de reabilitação, que ocorre sob a tutela de entidades que tenham o objetivo de assistir o deficiente.

A FENEIS, através de seu escritório regional do Rio Grande do Sul, promoveu nos anos de 1998 e 2000 as I e II Conferências Estaduais dos Direitos

Humanos dos Surdos⁹. Nesses eventos, várias temáticas foram discutidas, sendo que uma delas foi o problema da inclusão dos surdos no *mundo do trabalho*. Interessante registrar as propostas resultantes de uma tarde de discussão entre os participantes do grupo na I e II Conferências.

Assegurar às crianças, adolescentes e adultos surdos educação em todos os níveis, como pressuposto a uma capacitação profissional. Possibilitar o ensino noturno para que os surdos possam ingressar no mercado de trabalho. Garantir a participação das entidades representativas e organizadas dos surdos na utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

Tanto na organização quanto na realização de cursos de capacitação profissional, onde os cursos devem respeitar as capacidades das pessoas surdas e que sejam de qualidade e real qualificação. Lutar pela extinção das listas de profissão para surdos que acabam atribuindo-lhes incapacidade para certos cargos e limitando o emprego para o surdo. Promover junto à sociedade em geral e aos empresários em particular, campanhas de esclarecimento sobre a situação dos surdos trabalhadores, no sentido de expandir suas oportunidades de emprego e assim garantir o cumprimento da Lei de Reserva de Mercado (10%) em todas as instâncias, procurando respeitar proporcionalidade entre as deficiências.

Também assegurar o direito da presença do Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos concursos públicos e nos ambientes no qual o surdo necessite desse profissional. Essas foram algumas das temáticas discutidas pela comunidade surda. Onde mais uma vez, buscaram terem seus direitos garantidos na sociedade.

Na última década, o movimento surdo brasileiro tem vivenciado momentos que retratam a sua busca por legitimidade de sua língua e reconhecimento de seus direitos.. A luta pela oficialização da LIBRAS e a conquista do reconhecimento desta enquanto segunda língua oficial em nosso país, bem como a disseminação do ensino e

⁹ A Essas duas Conferências ocorreram na cidade de Porto Alegre, reunindo lideranças do movimento surdo do Estado do Rio Grande do Sul, profissionais da área, familiares de surdos. Foram discutidos vários temas ligados aos Direitos Humanos, sendo que as conclusões dessas Conferências foram encaminhadas para as I e II Conferências Estaduais dos Direitos Humanos, realizadas também em Porto Alegre, reunindo representantes de diferentes segmentos da sociedade civil organizada deste estado

da utilização de LIBRAS em diferentes contextos são, entre outros, alguns dos pontos relevantes a destacar nesta trajetória histórica.

Strobel, (2009, p.43) afirma:

A Associação de Surdos representa importante espaço de encontro entre os sujeitos surdos da comunidade surda. Importantes movimentos em prol a causa de surdos se originaram e ainda se resultam das reuniões e assembleias nas associações de surdos que ocorrem por todo o Brasil.

Esta história recente da comunidade surda brasileira está alicerçada em um grande esforço conjunto, onde pesquisadores, estudantes, educadores e outros colaboradores, surdos e ouvintes, estão direcionados e empenhados em conhecer as proposições dos Deputados Federais na elaboração da redação final do *Projeto de Lei Nº 8035*, de 2010 que institui as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE –, cuja aplicabilidade compreende o decênio 2011-2020.

A comunidade surda, vêm propondo alterações significativas às propostas iniciais apresentadas uma vez que, no projeto de lei original, as questões sobre os surdos apresentavam apenas considerações genéricas.

Os surdos buscam além disso, querem também a garantia, através da alteração de trechos de algumas das emendas, a existência de Escolas Bilíngues para Surdos. Dentre as justificativas da Comunidade Surda para estas alterações textuais na composição das emendas do PNE, destaca-se como ponto principal a questão da aquisição linguística e a construção da identidade surda, construída na perspectiva cultural da convivência dos surdos nestes espaços linguisticamente favoráveis ao desenvolvimento cognitivo integral destes sujeitos.

A regulamentação da Lei de Libras, através do Decreto 5.626, trouxe a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores (nos Cursos de Licenciatura, Pedagogia, Psicologia e Fonoaudiologia). Com isso a Libras ganhou ainda mais destaque e passou a circular entre meios onde antes passava –se despercebida, com isso os surdos sentiram-se reconhecidos como sujeitos usuários naturais desta língua, reforçando o próprio discurso surdo da importância e da necessidade de oferecer mais formações pedagógicas capazes de estimular e oferecer

condições compatíveis de ensino não apenas para a comunidade surda, mas para todos de maneira geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos neste trabalho uma síntese histórica das reivindicações sociais e políticas dos surdos, buscando traçar um roteiro explicativo das lutas da comunidade surda brasileira e apresentar um breve apanhado da situação dessas lutas nos últimos 30 anos.

Sinteticamente apresentamos os estudos voltados para a educação de surdos, principiando com L'Epée e os métodos desenvolvidos para ensinar aos surdos, transcorrendo para a utilização de outras metodologias na tentativa de descobrir a melhor forma de incluir o surdo no sistema de ensino.

Foram retratadas as principais metodologias de utilizadas ao longo de um largo período de tempo, confrontando abordagens distintas, tais como a filosofia oralista, a filosofia da comunicação total e a educação bilíngue das décadas de 1970 e 1980.

Esse brevíssimo excuro histórico possibilitou mostrar como os surdos estão marcados por lutas e reivindicações, quer concernentes a métodos mais adequados para seu melhor aprendizado, quer no tocante ao reconhecimento social dos seus direitos linguísticos.

No concernente aos fatos representativos das lutas das comunidades surdas, buscamos mostrar as reivindicações políticas, sociais e linguísticas dos surdos; a busca do reconhecimento de língua “natural” própria do sujeito surdo; e a luta pela oficialização da LIBRAS como sistema linguístico adequado para as necessidades dos surdos brasileiros.

Todas as conquistas vindas após o surgimento das associações e dos grupos de surdos estão marcadas por muito esforço e dedicação. Exemplos disso são a oficialização da LIBRAS nas escolas de inclusão e a educação bilíngue e os cursos de



bacharelado e de licenciatura em Letras – LIBRAS oferecidos pelas universidades Brasil afora.

Buscamos, portanto, com esse trabalho, contribuir para as demais pesquisas na área da história do surdo e também desmitificar a ideia de que a comunidade surda não é um "lugar" onde os deficientes que têm problemas de comunicação se encontram, mas sim, um local de representação e construção cultural, política e de lazer.

Os surdos têm lutado por seus direitos de cidadania; constata-se isso através de suas reivindicações sociais e políticas que agora solicitam uma proposta de mudança na política educacional para surdos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 09 de out. 2016

BRASIL, **Projeto de Lei nº 8035, de 2010, do Poder Executivo**, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências" Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>. Acesso em 09 de out. 2016.

FELIPE, T.A. **LIBRAS em Contexto: Curso Básico – Livro do Estudante**. 5.ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005.

KYLE, J. O ambiente bilíngüe: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilinguismo para os surdos. In: SKLIAR, C. (Org.) **Atualidade da educação bilíngüe para surdo**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999. v. 1.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 de out. 2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 10 de out. 2016.

MOURA, M. C. **O Surdo – Caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000.



AFLUENTE

Revista Eletrônica de Letras e Linguística

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez – um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SACKS, O. **Vendo Vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, V.. Educação de Surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, Ronice (Org.). **Estudos Surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006. p. 14-37.

SKLIAR, C. B. . Uma perspectiva socio-historica sobre a educação e a psicologia dos surdos. In: Carlos Skliar. (Org.). **Educação & Exclusão**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 1997a, v. 1, p. 105-155.

SOARES, M. A. L. **A Educação dos Surdos no Brasil**. Bragança Paulista: Editora Autores Associados, 1999

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

WIDELL, J. **As fases históricas da cultura surda**, Revista GELES – Grupo de Estudos Sobre Linguagem, Educação e Surdez nº 6 – Ano 5 UFSC- Rio de Janeiro: Editora Babel, 1992.